

I – A prática antropológica e o campo do patrimônio: trajetória e perspectivas

Da noção antropológica de cultura à transversalidade da antropologia no campo dos patrimônios culturais no século XXI

Renata de Sá Gonçalves

Guilherme Eugênio Moreira

Nas duas primeiras décadas do século XXI, uma crescente produção bibliográfica antropológica sobre patrimônios culturais no Brasil acompanhou a atuação ampliada de pesquisadores e profissionais deste campo nos institutos governamentais, conselhos, organizações da sociedade civil e empresas de consultoria. A presença de profissionais técnicos da antropologia em instituições, como no atual¹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, a agência federal de preservação do patrimônio cultural no Brasil, a partir de concursos públicos específicos para a área, veio acompanhada, na virada do século XXI, pela formulação e implementação de políticas e de ações voltadas sobretudo aos chamados “patrimônios imateriais”, a exemplo da criação do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI)², que data dos anos 2000.

1 No Brasil, o reconhecimento da necessidade de proteger o patrimônio histórico e artístico já havia sido apontada na década de 1920, época em que se registraram iniciativas locais e estaduais. Em 1936, Mário de Andrade foi solicitado a preparar um documento para a criação de uma instituição nacional de proteção do patrimônio, que foi usado nas discussões preliminares sobre a estrutura e os objetivos do SPHAN, criado afinal por decreto presidencial assinado em 30 de novembro de 1937. O decreto de criação do SPHAN definia o patrimônio histórico e artístico nacional como “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja do interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Eram também classificados como patrimônio “monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana”.

2 A partir de 4 de agosto de 2000, por efeito do Decreto 3551, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial

As pesquisas e discussões teóricas e reflexivas sobre os patrimônios culturais também ganharam mais terreno nas instituições de ensino superior (IES) brasileiras nas últimas décadas. As IES ampliaram suas linhas e grupos de pesquisa voltados para os “patrimônios culturais”, o que repercutiu também em um aumento expressivo de seminários, mesas-redondas e grupos de trabalho em congressos da área, dissertações, teses e outras produções bibliográficas no âmbito de programas de pós-graduação.

O objetivo deste capítulo é compreender a inserção e dinâmica das investigações sobre patrimônios culturais formalizadas em grupos de pesquisa pelas instituições de ensino brasileiras na atualidade. Com essa intenção, realizamos um levantamento exploratório e não exaustivo dos núcleos e linhas de investigação cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) ativos em 2020. Para tanto, centramos nossa análise na presença do tópico do “patrimônio cultural” no registro dos grupos de pesquisa.

Buscamos, a partir deste levantamento, indicar concentrações, tendências e lacunas que, em diálogo com entrevistas realizadas com profissionais de referência na pesquisa e gestão, auxiliam na identificação dos caminhos e desafios dos estudos sobre patrimônio nas universidades brasileiras. Simultaneamente ao levantamento dos grupos de pesquisa, conduzimos três entrevistas com profissionais de referência no campo dos patrimônios culturais brasileiros, com foco em suas trajetórias e percepções sobre a pes-

(PNPI), o Iphan deu início à sua atuação efetiva com o patrimônio imaterial, seguindo diretrizes próprias e realizando políticas públicas voltadas para o reconhecimento, a valorização e o apoio sustentável aos chamados “bens culturais imateriais”. Em seguida ao decreto, foi publicado o Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais, contendo textos introdutórios, questionários e fichas a serem preenchidas no decorrer de uma pesquisa de identificação. Embora não tenha sido elaborado para ser utilizado exclusivamente no campo do patrimônio imaterial, o INRC foi apropriado pelos gestores dessa área e exerceu papel fundamental na implementação e consolidação da política federal de salvaguarda.

quisa e atuação no campo de estudos dos patrimônios e sobre o lugar da antropologia nesses processos³.

Uma vez que faltam análises sistemáticas para compreender o fenômeno de expansão da temática nos circuitos acadêmicos, este trabalho pretendeu trazer percepções sobre os trânsitos entre universidades e instituições patrimoniais e, conseqüentemente, como o “patrimônio cultural” tem sido apreendido pelo conhecimento antropológico.

Importa indicar que a própria categoria ou noção de “patrimônio cultural”, entendida como uma construção sócio-histórica, transformou-se ao longo do tempo e ganhou conotações e contornos diversos. Estes passam pelas formulações diversas e nativas dessa categoria (sobre as quais não aprofundaremos aqui) e pelo desenvolvimento e mudanças sócio-históricas ao longo da institucionalização de um campo profissional com a participação da antropologia mais aplicada.

A presença mais efetiva de profissionais da antropologia no espaço público destacou-se no século XXI, no campo da defesa dos direitos culturais e de fomento às ações culturais, em que pesam as ações de preservação do patrimônio cultural. Neste caminho, nota-se a presença de linhas de atuação nas associações acadêmicas, a exemplo da Associação Brasileira de An-

3 A pandemia de covid-19 exigiu que as entrevistas acontecessem de maneira virtual, via plataforma Zoom. Nessa dinâmica experimental, em 10 de junho de 2020, entrevistamos Antônio Augusto Arantes com a mediação de Izabela Tamasso. No dia 18 seguinte, conversamos com José Reginaldo Gonçalves com a condução assumida por Daniel Reis e Rachel Paterman. Finalmente, no dia 25, a entrevistada foi Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, com as contribuições de Joana Corrêa e Luciana Carvalho. Essas entrevistas produziram informações densas e proíficas que serão mais devidamente analisadas e divulgadas em ocasião oportuna. Por ora, convidamos esses profissionais a contribuir com nossas reflexões, através de suas falas registradas, percepções e interpretações espontâneas que escapam a qualquer texto publicado e surgem da dinâmica da entrevista. As informações sobre os grupos de pesquisa tabuladas em Excel e as entrevistas posteriormente transcritas foram interpretadas com o auxílio do software de análise qualitativa ATLAS.ti. A seguir, apresentamos os resultados iniciais dessa jornada investigativa.

tropologia – ABA⁴, em que frentes específicas sobre patrimônios culturais também se constituíram como espaço de debate amplo entre as universidades e outros espaços de gestão pública e da sociedade civil. O Comitê de Patrimônios e Museus da ABA foi constituído durante a Reunião Brasileira de Antropologia de Olinda, em 2004. Desde então, vem discutindo as implicações dos processos de inventário e de salvaguarda de expressões culturais em suas diversas definições e também como categorias organizadoras de políticas públicas.

Diante desse complexo campo, argumentamos neste artigo que, nas primeiras décadas do século XXI, a atuação dos pesquisadores e profissionais da antropologia na gestão de políticas de preservação do patrimônio cultural caracteriza-se por uma certa ambivalência que abriga a articulação entre a pesquisa e a ação. Nesse âmbito, este diálogo entre a “reflexão” e a “aplicação” deu lugar a uma conformação particular da antropologia nos órgãos de gestão, se comparada com outras áreas do conhecimento, dando corpo e destaque a metodologias participativas e a instrumentos normativos que conduzem a inventários de pesquisa e a ações de salvaguarda. As políticas recentes de patrimônio, em que pese o conhecimento antropológico, deram atenção especial a grupos sociais historicamente marginalizados, bem como a expressões culturais da chamada “cultura popular”, de “povos e comunidades tradicionais” e de grupos étnicos minoritários, além de oferecer uma maior capilaridade e atenção às expressões culturais de forma mais abrangente.

A ação mais focada desses profissionais em espaços de gestão, lidando com os “patrimônios imateriais” a partir dos anos 2000, apresenta-nos uma noção antropológica de cultura menos totalizadora e mais voltada aos desafios da transversalidade do tema e à ampliação de linhas e grupos de pesquisa sobre patrimônios culturais na antropologia, dispersos em ênfases diversas, como veremos.

4 A Associação Brasileira de Antropologia – ABA, associação civil de âmbito nacional, foi fundada durante a Reunião Brasileira de Antropologia, na cidade de Salvador, Bahia, em julho de 1955.

Não apenas as primeiras décadas das políticas de patrimônio no Brasil no século XX sedimentaram critérios de valorização e a concentração da atuação preservacionista em determinadas regiões do país, como também legitimaram os profissionais qualificados a desempenhar a missão de proteger o rol dos “patrimônios históricos e artísticos” e contar a história oficial autorizada pelo Estado, autoridade exclusiva na “gestão dos bens simbólicos nacionais” (CHUVA, 2017). Se o decreto-lei nº 25 de 1937, que fundou o SPHAN e instituiu o instrumento do tombamento, não definia o perfil do profissional a conduzir a tarefa de identificação e preservação dos patrimônios, as práticas cotidianas efetivamente legitimaram os arquitetos como aqueles mais preparados para conduzir as ações do serviço. O ingresso expressivo de arquitetos modernistas nos quadros do SPHAN, cujo maior representante foi Lúcio Costa, associado ao processo de autonomização relativa da arquitetura em relação à engenharia e às belas-arts nas universidades brasileiras, mutuamente consolidou a profissão de arquiteto no país e sua centralidade no campo de atuação preservacionista (CHUVA, 2017).

O amadurecimento das políticas de patrimônio ao longo do século XX foi acompanhado pela sedimentação e preponderância da Arquitetura no campo patrimonial. Historiadores também participavam das redes de relações pessoais que atravessavam o SPHAN e progressivamente foram sendo incorporados na instituição, na composição de quadros técnicos que contemplavam, afinal, a dupla face dos patrimônios: históricos e artísticos/arquitetônicos⁵. Desde o início, outras áreas do conhecimento estiveram

5 A dicotomia entre arquitetura e história marcou a consolidação das teorias e práticas preservacionistas desde os séculos XVIII e XIX em nível internacional. A genealogia das teorias da conservação e restauração que acompanharam o desenvolvimento das políticas de patrimônio, por exemplo, pode ser considerada como a produção sucessiva de paradigmas concorrentes que definiram como deveriam ser consideradas as relações entre os componentes “históricos” e “arquitetônicos” de edificações e monumentos. Ver, entre outros, Kühl (2006).

presentes entre técnicos nos escritórios e membros do Conselho Consultivo. Além de artistas, escritores, advogados e engenheiros, destacamos a atuação do sociólogo Gilberto Freyre e dos/as antropólogos/as Curt Nimuendaju, Edgard Roquette-Pinto, Estêvão de Meneses Pinto e Heloísa Alberto Torres. Chuva (2017) considera, entretanto, que a passagem desses profissionais pela instituição foi geralmente curta e não chegou a configurar nichos de atuação específicos.

Posto o argumento de Chuva, que nos indica a forte presença de arquitetos nos quadros do SPHAN, podemos perceber, já no século XXI, uma expansão, ainda que modesta, da presença de profissionais da antropologia nos quadros técnicos do IPHAN, principalmente atuantes nos processos vinculados ao chamado “patrimônio imaterial”. Mas, antes disso, a incorporação da categoria “cultura”, tão cara à conformação da disciplina antropológica, nas discussões ampliadas a partir da segunda metade do século XX, favoreceu a conformação do campo tão antropológicamente afeito do “patrimônio imaterial”.

Lembremos que nas décadas de 1970 e 1980, o Brasil passou por uma série de transformações políticas. Na perspectiva do antropólogo José Reginaldo Gonçalves (2017), foi um momento de mudanças sociais no qual a categoria “cultura” esteve aproximada do discurso antropológico da diversidade e alteridade, de incorporação de um “outro” não só exótico e distante, mas interno e familiar. Nesse sentido, a “nação” passou a ser pensada na agenda de questões culturais brasileiras enquanto uma diversidade de “culturas” que comporia a unidade “brasileira” como estratégia política de construção de uma imagem de nacionalidade.

Nesse contexto, Aloísio Magalhães (1927-1982) defendeu de modo admirável o chamado patrimônio histórico e cultural brasileiro. Ao analisar o discurso desse intelectual, entre outros, Gonçalves identifica uma “retórica da perda” (GONÇALVES, 2017), que fundamentava a missão das agências de preservação de resgatar esse patrimônio do processo de declínio e desaparecimento. O projeto nacional de patrimonialização pautava-se principalmente por frear o “desaparecimento” ou a deterioração de obras artísticas

e monumentos históricos, que então se tornavam passíveis de proteção por meio do tombamento, instrumento este que se aplicou sobretudo a elementos da arte e da arquitetura barroca e católica.

Aloísio Magalhães⁶ é frequentemente mencionado nas reflexões sobre esse período como sendo o motivador da proposta de apresentar o Brasil como um país diverso e culturalmente heterogêneo. Em especial, o designer pernambucano compreendia o patrimônio a partir de seu valor como expressão cultural, deslocando a ênfase dada ao aspecto de “excepcionalidade” do patrimônio e voltando a atenção dos objetos para os sujeitos. Para além disso, o foco na “cultura” passou a ser fundamental, pois a diversidade nacional começaria a ser incorporada no discurso institucional por meio da noção de “referências” dos grupos sociais, utilizada primordialmente pelas equipes do CNRC, que até então estavam alijados da atuação oficial da política nacional de patrimônio por não se encaixarem em nenhum dos critérios – histórico, artístico e de excepcionalidade – próprios ao tombamento (FONSECA, 2003, p. 116).

A palavra “referência cultural” foi estrategicamente escolhida, pois ela expressava o desejo de diferenciar as atividades desenvolvidas pelo Centro “das instituições oficiais, museológicas, e propor uma forma nova e moderna de atuação na área de cultura” (FONSECA, 2003, p. 115). As atividades desenvolvidas pelo CNRC foram bastante inovadoras no campo patrimonial, uma vez que teriam contribuído para a politização da preservação.

Sobre esses trânsitos, podemos também mencionar o contexto sócio-histórico do lugar dos estudos de folclore⁷ no século XX, sua “marginalização” (CAVALCAN-

6 Em 1975, Aloísio Magalhães implantou e passou a coordenar o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, sua primeira investida no terreno das ações de Estado em relação à cultura.

7 Os estudos de folclore não se tornariam uma disciplina autônoma nas universidades, contudo, permaneceriam como disciplina em cursos de arte, educação física, música, assim como a atuação do Movimento Folclórico se desdobraria em formações de se-

TI; VILHENA, 1990), e sua renovada leitura (CAVALCANTI, 2012). É preciso destacar o contexto mais abrangente de implementação de políticas públicas culturais (a partir dos anos 2000) e de institucionalização das ciências sociais no Brasil.

NÚMEROS E PERCEPÇÕES SOBRE AS PESQUISAS COM PATRIMÔNIOS CULTURAIS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO BRASILEIRAS

Cabe explorar como as discussões sobre os patrimônios culturais nas instituições de ensino brasileiras são acompanhadas pela criação e permanência de grupos de pesquisa nas universidades, o que iremos discutir aqui. A análise do material a ser apresentado indica concentrações, tendências e lacunas no que diz respeito à distribuição geográfica, áreas temáticas e disciplinas associadas, bem como aos sentidos de patrimônio cultural mobilizados nas pesquisas universitárias na atualidade. Acreditamos que este foco poderá enriquecer nossas percepções sobre a atuação de antropólogos/as e os lugares da antropologia no campo do patrimônio cultural nessas primeiras décadas do século XXI, diretamente relacionada com o estabelecimento de uma noção de patrimônio “imaterial”, em que têm lugar grupos e sujeitos menos evidenciados até então.

O processo de pesquisa, produção e consolidação dos dados aconteceu entre abril e outubro de 2020⁸. A partir da palavra-chave “patrimônio”, ta-

cretarias de cultura e turismo, institucionalização de museus e centros culturais (CAVALCANTI, 2012; VILHENA, 1997). O Movimento Folclórico continuaria bastante ativo em outras esferas como congressos, festivais, publicações, pesquisas, registros e intensa correspondência entre os folcloristas dos vários estados brasileiros, apesar dessa importante modificação no cenário político, social e institucional mais amplo.

- 8 O levantamento enfrentou certas limitações que aqui explicitaremos. Durante os meses de busca, a plataforma do Diretório passou por períodos intermitentes de instabilidade, o que dificultou o trabalho de pesquisa. Do total de 766 resultados para a palavra-chave “patrimônio”, devido à inconstância e aos momentos de manutenção do *site*, conseguimos ao final obter informações acerca de 454 grupos. Ademais, estivemos conscientes da presença de dados com caráter provisório, que dependiam do preenchimento periódico por parte dos/as respectivos coordenadores/as para se manter disponíveis para consulta. Reiteramos que a pesquisa teve caráter exploratório e não exaustivo, deixando caminhos abertos para investigações futuras. Finalmente, é preciso ter em mente que,

bulamos as informações em Microsoft Excel de todas as entradas fornecidas pela busca. A intenção com o uso de um termo de busca amplo era abranger a maior variedade possível de resultados, considerando o tom exploratório da pesquisa e a fim de analisar os diversos sentidos de patrimônio que eram mobilizados pelos grupos.

Para cada grupo identificado, reunimos: nome, universidade, estado, área de concentração e ano de formação. Nos casos dos grupos cuja área de concentração informada era antropologia, ou outras áreas onde se identificou a participação de antropólogas/os, passamos a uma segunda etapa do levantamento, com informações mais específicas. Para além das informações básicas já citadas, tabulamos os dados sobre: coordenadores/as do grupo, antropólogos/as integrantes, ocorrência de interdisciplinaridade, existência de cooperação institucional, projetos de pesquisa em andamento, projetos de extensão em andamento, disponibilização de prestação de serviços, interlocução com instituições de patrimônio cultural, atuação com povos e comunidades tradicionais e sentidos mobilizados da categoria “patrimônio”.

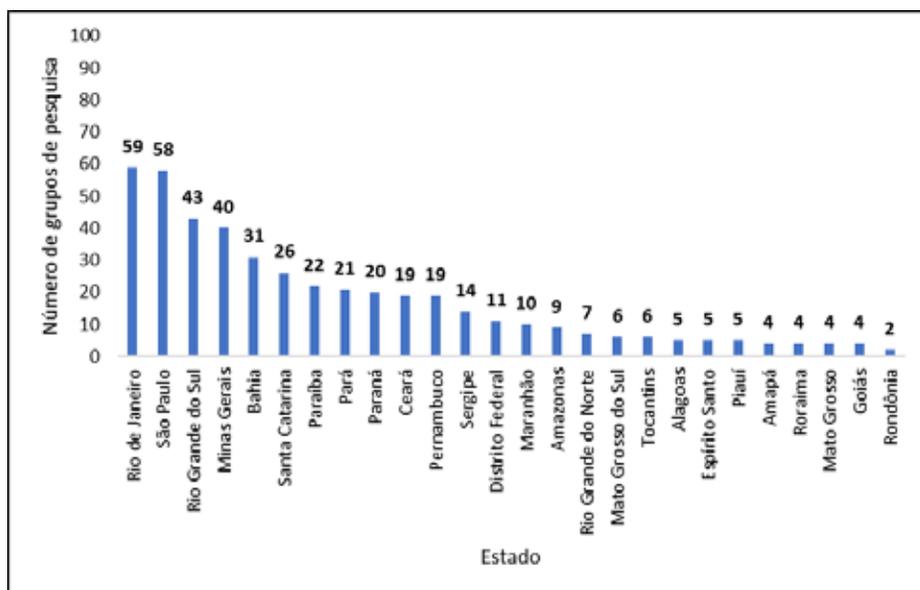
A busca inicial no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq permitiu identificar 766 grupos nos quais aparecia a categoria “patrimônio”. Infelizmente, por falhas operacionais da plataforma, conseguimos obter informações a respeito de 454 grupos, entre as mais variadas áreas de concentração. Se esse universo não necessariamente pode ser entendido como exaustivo, acreditamos que fornece tendências e silenciamentos significativos para compreendermos como os patrimônios circulam pelas universidades.

A primeira informação que nos parece relevante diz respeito à distribuição geográfica. Percebemos uma concentração significativa dos grupos

devido à exigência de atualização periódica do cadastro, o Diretório de Grupos de Pesquisa não permite recompor as trajetórias sobre os núcleos e linhas de investigação ao longo do tempo. Pelo contrário, registra uma fotografia do momento presente: os grupos de pesquisa que se encontravam atualizados ou em preenchimento durante o levantamento, ou seja, aqueles que se mantiveram ativos nos últimos anos.

em universidades do eixo Centro-Sul. Aproximadamente 44,1% dos grupos levantados encontram-se nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Na quinta posição, vem o estado da Bahia com 6,8% dos grupos. Os demais 49,1% estão distribuídos entre outros 20 estados e Distrito Federal, com exceção do Acre, que não apareceu em nossa busca (Fig. 01).

FIGURA 01 – Distribuição dos grupos de pesquisa segundo estado



Levantamento realizado entre abril e outubro de 2020. n = 454. Fonte: Diretório de Grupos de Pesquisa/CNPq, 2020. Autoria própria (2021).

Tal espacialização parece mais ou menos refletir a geopolítica do patrimônio cultural no país, se considerarmos a tendência radial que marcou as décadas iniciais de atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A historiadora Márcia Chuva (2017), ao investigar a sociogênese das práticas de preservação do patrimônio nacional durante as décadas de 1930 e 1940, analisa como a consolidação de critérios e ações

de tombamento e restauração nos primeiros anos de existência do SPHAN deveu-se à presença dos intelectuais modernistas nos quadros técnicos do escritório localizado no Rio de Janeiro, então capital federal, e à expansão progressiva e capilarizada pelas demais regiões do país. Guiadas por olhares que buscavam ao mesmo tempo identificar as origens da arte e arquitetura “genuinamente nacionais” e inserir a nação Brasil no concerto das civilizações modernas, essas expansões significavam também a extensão do poder central a regiões do território brasileiro antes desarticuladas e alheias à vigilância da administração federal.

Os primeiros anos de funcionamento do SPHAN concentraram a grande maioria de tombamentos conduzidos pela instituição e rapidamente consagraram simultaneamente edificações e monumentos que compunham o imaginário dos modernistas e uma história oficial nacional, contada a partir dos marcos da colonização portuguesa, branca e católica. Não coincidentemente, portanto, nesse período foram tombados os centros históricos de cidades que nasceram da extração de ouro e diamantes em Minas Gerais, as ruínas das missões jesuíticas no Rio Grande do Sul, mansões do período imperial no Rio de Janeiro e edificações do poder religioso e administrativo em Salvador e Recôncavo Baiano.

Juntas, as construções localizadas nesses territórios representaram 68,3% do total de tombamentos instruídos entre 1938 e 1946 e constituem ainda hoje 55,1% do total de patrimônios tombados em nível federal⁹. Essa expressividade tanto evidencia o sentimento de urgência e convicção dos intelectuais modernistas que definiu, desde as primeiras décadas das políticas patrimoniais, o que legitimamente constituiria o “patrimônio histórico e artístico nacional”, como reflete até os dias de hoje a significativa demanda de gestão e preservação colocada às instituições de patrimônio nesses estados e a convivência das populações locais com esses marcos re-

9 Dados obtidos a partir da listagem de patrimônios tombados até 2019. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Último acesso em 20 de abril de 2021.

conhecidos como patrimônios. A necessária formação de profissionais para atuar nessas agências e a significativa presença dos patrimônios no espaço público podem estar associadas à maior concentração de grupos de pesquisa interessados em refletir criticamente e produzir investigações sobre esses processos.

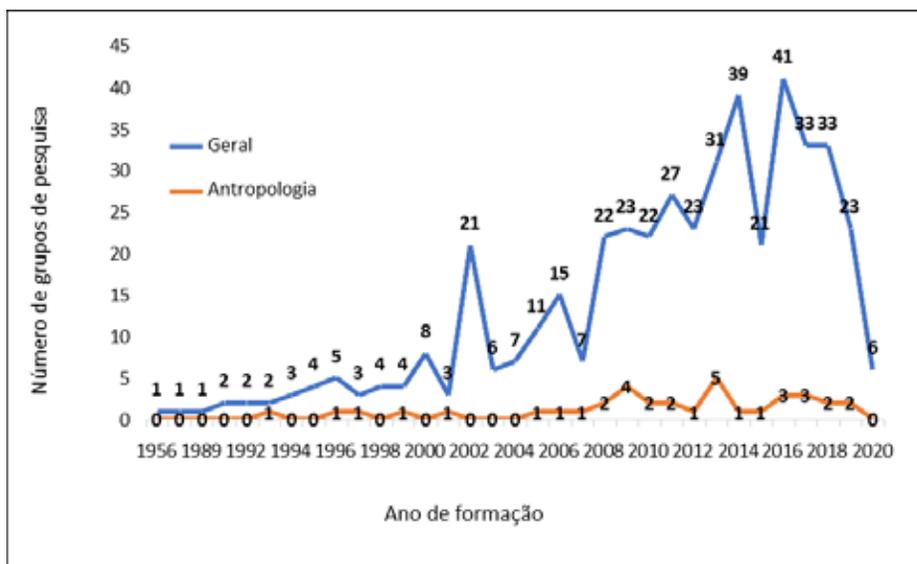
A composição profissional historicamente centrada na Arquitetura e Urbanismo e na História está refletida também nos grupos de pesquisa identificados durante o levantamento. Dos 454 grupos, aqueles vindos dessas duas disciplinas dividem a maior concentração, com 75 grupos cada, o que representa 33% do universo investigado (FIG. 02). A literatura contemporânea celebra a ampliação nas noções de patrimônio cultural, principalmente a partir dos anos 1980, que foi acompanhada pela progressiva incorporação de profissionais de outras áreas nas agências de patrimônio e nas discussões acadêmicas sobre a temática. No entanto, notamos que se mantém a prevalência de arquitetos/as e historiadores/as. Em pesquisa recente no instituto estadual de patrimônio em Minas Gerais, percebemos como as ações de tombamento e restauração dos chamados patrimônios materiais, conduzidas por arquitetos/as e restauradores/as, seguem percebidas como “o coração do instituto”, na promoção de alocações orçamentárias desiguais e na concorrência de representações, em disputas por autoridade levadas a cabo por antropólogas, historiadoras e pedagogas (EUGÊNIO MOREIRA, 2020).

sociados à área da educação (37 grupos; aproximadamente 8,2% do total) e da antropologia (36 grupos; aproximadamente 7,9%). Uma hipótese é que a formação de grupos de pesquisa acompanha o crescimento na demanda de atuação desses profissionais. Os anos 2000 assistiram o desenvolvimento das discussões e ações a respeito da educação para o patrimônio e a inclusão da temática do patrimônio cultural imaterial como tema transversal na Base Nacional Comum Curricular, o que poderia estar associado à presença de grupos da Educação na segunda posição do levantamento. De maneira análoga, acompanhamos como a formulação da política dos chamados patrimônios imateriais expandiu uma área de atuação para antropólogos/as, afeitos/as às pesquisas com comunidades rurais, grupos das chamadas culturas populares e povos tradicionais.

Em seguida, percebemos grupos de pesquisa vinculados às artes, geografia, turismo, sociologia, arqueologia, ciência da informação, geociências, direito e museologia. Se considerarmos as áreas com menos de 10 grupos, encontramos representadas todas as grandes áreas de avaliação da Capes, entre humanidades, ciências exatas e ciências da vida (Fig. 02). Essa distribuição evidencia a dispersão temática e a transdisciplinaridade que atualmente caracteriza o campo do patrimônio cultural.

A significativa menor quantidade de grupos de pesquisa de áreas diferentes da arquitetura e à história pode ser sintoma do lastro histórico de constituição do campo patrimonial no Brasil e talvez seja um retrato de um processo de ampliação relativamente recente que reflete agora nas universidades tais movimentos de expansão. A distribuição dos grupos de pesquisa levantados segundo seu ano de formação pode contribuir para a avaliação dessa hipótese.

FIGURA 03 – Distribuição dos grupos de pesquisa segundo ano de formação



Levantamento realizado entre abril e outubro de 2020. n = 454. Fonte: Diretório de Grupos de Pesquisa/CNPq, 2020. Autoria própria (2021).

Com exceção de exemplos pontuais, como o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) vinculado à Universidade Federal do Paraná, fundado em 1956, observamos na Figura 03 que os grupos de pesquisa que se encontravam ativos durante o levantamento começaram timidamente a ser fundados durante a década de 1990, mas tiveram seu primeiro pico expressivo já em 2002, ano que assistiu à formação de 21 grupos. Notamos outro pico expressivo em 2008 (22 grupos), com a manutenção e aumento progressivo da frequência de criação de grupos até um novo pico em 2014, quando foram formados 39 grupos. Após uma queda relativa no ano seguinte, o ano de 2016 registrou a criação do maior número de grupos, somando 41 núcleos de investigação¹⁰.

¹⁰ Poderíamos pensar que a progressiva queda no número de grupos formados a partir de 2017 acompanha os processos mais abrangentes de investidas antidemocráticas, ataques e cortes orçamentários às universidades que vivenciamos fortemente nos últimos anos.

Percebemos, portanto, a expressiva concentração de grupos de pesquisa formados durante os anos 2010. Pesquisas mais aprofundadas precisam ser conduzidas, mas esse achado parece corroborar nossa hipótese de que a formalização das pesquisas com patrimônios culturais nas IES acompanhou, ao menos parcialmente, os acontecimentos vivenciados na gestão pública e na vida de maneira mais abrangente. A década de 2010 testemunhou a explosão de instituições municipais e conselhos de patrimônio pelo país, o amadurecimento e expansão das políticas inauguradas na década precedente, como os registros dos patrimônios imateriais e os projetos de educação para o patrimônio, concursos e contratações de profissionais de áreas variadas nas agências patrimoniais e a irradiação de consultorias que prestam serviços para aquelas. Esses processos significaram o fortalecimento de nichos de atuação para as diferentes áreas do conhecimento e a apropriação do patrimônio cultural como temática de investigação nas universidades. Voltemos agora miradas mais atentas especificamente para a antropologia.

PESQUISAS COM PATRIMÔNIOS CULTURAIS NOS DEPARTAMENTOS DE ANTROPOLOGIA

A comparação entre a criação e a manutenção de grupos de pesquisa entre o conjunto das áreas do conhecimento descritas acima e aqueles especificamente da antropologia impressiona. Se, em um determinado momento, os grupos na antropologia acompanham a tendência das demais áreas, o número de grupos, ao menos daqueles que se mantiveram ativos durante o ano de 2020, foi significativamente menor (Fig. 03).

Iniciemos com a devida caracterização dos grupos de pesquisa identificados. Do universo total de 454, apenas 36 estavam vinculados formalmente a departamentos de antropologia. Chama atenção as diferenças no que tange à distribuição geográfica de tais grupos. Os grupos identificados estão concentrados em 12 estados, sendo que o estado do Pará reúne o maior número (8 grupos), seguido do Rio de Janeiro (7 grupos). Ao contrário da tendência geral, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul não se destacam. Esses estados concentram um baixo número de grupos de pesquisa, ao lado da Paraíba

ba, Pernambuco, São Paulo, Ceará, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e Santa Catarina. A tabela 01 compara a frequência dos grupos de pesquisa do universo total e aqueles especificamente da antropologia por estados.

TABELA 01 – Frequência dos grupos de pesquisa por estado

Estado	Número de grupos (geral)	Número de grupos (antropologia)
Acre	0	0
Alagoas	5	0
Amapá	4	0
Amazonas	9	0
Bahia	31	3
Ceará	19	1
Distrito Federal	11	0
Espírito Santo	5	0
Goiás	4	0
Maranhão	10	0
Mato Grosso	4	0
Mato Grosso do Sul	6	1
Minas Gerais	40	2
Pará	21	8
Paraíba	22	3
Paraná	20	0
Pernambuco	19	3
Piauí	5	0
Rio de Janeiro	59	7
Rio Grande do Norte	7	1
Rio Grande do Sul	43	3
Rondônia	2	0
Roraima	4	0
Santa Catarina	26	1
São Paulo	58	3
Sergipe	14	0
Tocantins	6	0
Total	454	36

Levantamento realizado entre abril e outubro de 2020. Fonte: Diretório de Grupos de Pesquisa/CNPq, 2020. Autoria própria (2021).

Os grupos de pesquisa em antropologia parecem acompanhar os contextos particulares e as demandas locais acerca do patrimônio cultural, não como uma equivalência a uma noção totalizadora de cultura ou identidade nacional, mas em diálogo com diversos vieses possíveis e interfaces variadas. A dianteira do estado do Pará, por exemplo, está diretamente relacionada às pesquisas com povos e comunidades tradicionais e encontramos efeitos das vinculações contemporâneas entre patrimônios imateriais, arqueologia, territorialidades e etnicidades. Com exceção do grupo “Cidade, Aldeia & Patrimônio na Amazônia”, formado em 1999 e coordenado por Jane Beltrão e Katiane Silva, os demais foram formados entre 2006 e 2019. Não apenas lideram o protagonismo entre os grupos de antropologia no país como também em relação ao total de grupos no estado: correspondem a 61,9% dos 21 grupos identificados.

Logo após, o estado do Rio de Janeiro reúne 7 dos 36 grupos encontrados. Todos foram formados nos anos 2000, sendo que 5 deles foram criados a partir de 2010. Também de formação relativamente recente, esses grupos discutem as relações entre antropologia, patrimônios imateriais, museus, festas e rituais. De fato, o estado fluminense concentra em suas universidades pesquisadores/as de referência nos estudos de patrimônio, como José Reginaldo Gonçalves (UFRJ), Maria Laura Cavalcanti (UFRJ) e Regina Abreu (UNIRIO), que, por sua vez, inauguraram orientações de trabalhos de pesquisa, formando pesquisadores/as ligados à temática. Acrescenta-se a concentração de instituições que compuseram a trajetória das políticas culturais, como o Instituto Nacional do Folclore, que mais tarde se reestruturaria como Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular e passaria a compor o organograma do atual IPHAN, e, assim, podemos localizar indícios da presença expressiva de grupos de pesquisa no Rio de Janeiro em relação ao conjunto.

Notamos, portanto, que, de maneira geral, a distribuição geopolítica do patrimônio, que parece estar refletida na tendência de formação e distribuição dos grupos de pesquisa em outras áreas, como Arquitetura e História, coincidindo com a ênfase da própria política ao longo do século XX, não se reproduz da mesma maneira em relação à antropologia.

Minas Gerais, que segue como epíteto do patrimônio nacional hegemonicamente constituído, apresentou apenas dois grupos constituídos no campo da antropologia. Bahia e Rio Grande do Sul, outros berços do patrimônio consagrado, reuniram três grupos cada. Talvez, essa distribuição acompanhe as disputas do campo intelectual antropológico brasileiro. Se os anos 1980 inauguraram timidamente a atuação da antropologia no campo do patrimônio, a antropóloga Maria Laura Cavalcanti nos contou em entrevista das dificuldades de se abordar temáticas como cultura popular, festas e folclore, e seu estatuto de marginalidade nos circuitos acadêmicos:

[E]u me lembro que eu propus uma vez em uma ABA [...] que foi em Niterói [1994] um grupo que era sobre rituais festivos, era alguma coisa assim. E o [Sérgio] Ferretti tinha proposto outro lá pelo Maranhão, porque o Ferretti também vem dessa conjunção com a antropologia. E aí eu me lembro que [...] mandaram a gente juntar os grupos porque tinha pouca gente, e a gente juntou os grupos nessa ABA de Niterói e era o grupo que tinha sobre essas coisas, entendeu? Mudou muito, né? (26 jun. 2020).

Na percepção da pesquisadora, essa baixa adesão aos grupos de trabalho propostos era informada tanto por uma resistência aos estudos de folclore, no processo de consolidação e diferenciação da antropologia enquanto disciplina científica, como por uma percepção mais ampliada, advinda das ciências sociais do período, de que tais expressões, entendidas como populares e tradicionais, estariam fadadas ao desaparecimento frente à chamada modernidade. Esses processos possivelmente fazem sentir seus efeitos na baixa presença de grupos de pesquisa sobre patrimônios.

Se Maria Laura termina o trecho acima anunciando uma mudança, é porque a antropóloga, que havia atuado no extinto Instituto Nacional do Folclore e já lecionava na universidade, acompanhou de perto os processos de formulação e implementação das políticas de patrimônio imaterial a partir dos anos 2000. Para a autora, os processos de inventário, registro e salvaguarda significaram novas oportunidades de trabalho e reflexão para antropólogos e antropólogas. Entretanto, é interessante observar como a

expansão da antropologia nos circuitos patrimoniais, e mesmo a crescente produção de dissertações e teses sobre a temática, não refletiram, ao menos até o momento, em processos mais sedimentados, como a formação de grupos de pesquisa.

Entre os 36 grupos formados, vale a pena ainda identificar as temáticas mais frequentemente associadas e os sentidos mobilizados para a categoria “patrimônio”. Fez parte da pesquisa exploratória considerar todos os resultados encontrados no Diretório, quer a categoria aparecesse no nome do grupo, no título de uma de suas linhas de pesquisa ou como palavra-chave dentro de uma linha de pesquisa. Entendemos essa classificação como a escala de abrangência da noção de patrimônio na constituição do grupo, sendo a categoria mais central quando aparecia no próprio nome do núcleo de investigação e mais periférica quando constava como uma das palavras-chave de uma linha de pesquisa, significando que os interesses temáticos do grupo eram mais abrangentes e patrimônio aparecia como um entre os demais.

Parece sintomático que apenas 6 grupos (16,7%) trouxessem a categoria “patrimônio” em seu nome, apontando para sua centralidade nas pesquisas desenvolvidas por seus integrantes. Em seguida, 14 grupos (38,9%) apresentaram uma linha de pesquisa específica para “patrimônio”, indicando que as investigações sobre patrimônios representavam apenas um eixo de atuação dos grupos, entre outros. Finalmente, a maioria dos grupos (16; 44,4%) apresentou “patrimônio” como palavra-chave associada a alguma linha de pesquisa de interesse mais ampliado. Essas informações indicam que, entre a já relativa baixa presença de grupos de pesquisa em antropologia que se propõem a discutir patrimônios, expressiva parte mobiliza a categoria de maneira periférica, provavelmente no que diz respeito a sentidos genéricos, não marcados, de patrimônio.

A tabulação e análise qualitativa das informações em Excel e ATLAS.ti permitiram categorizar as temáticas mais comumente associadas junto à categoria “patrimônio”. Encontramos que, entre os 36 grupos identificados, 6 explicitaram o entendimento marcado de patrimônio como política

pública, expressamente informando como intenção do grupo a realização de pesquisas críticas sobre instrumentos e processos de patrimonialização e seus efeitos junto às coletividades envolvidas. A maior parte das citações apareceu associada a investigações mais ampliadas com comunidades tradicionais (10 grupos), festas e rituais (8 grupos) e relações de memória e identidade (6 grupos). Percebemos a mobilização da categoria em sentido genérico, junto a outras expressões também genéricas, como “tradição”, “memória”, “identidade”, “ritual” e “festa”. Outras temáticas que apareceram em menor quantidade estão relacionadas a arqueologia (3), museus (3), expressões afro-brasileiras (3), alimentação (2), paisagem/espço (2), patrimônio urbano (2), linguística (1) e patrimônio genético (1).

A NOÇÃO ANTROPOLÓGICA DE CULTURA E O PATRIMÔNIO IMATERIAL

Essas análises preliminares parecem confirmar a especialização da antropologia no campo daquilo que se convencionou classificar institucionalmente pelas agências de patrimônio como “imaterial” ou “intangível”. A atuação dos grupos de pesquisa está significativamente associada a temáticas características da disciplina, em seu viés “cultural” e “simbólico”. Encontramos, por exemplo, apenas dois grupos que discutem patrimônio arquitetônico e espaço urbano. Por um lado, essa constatação parece indicar que, para além de compreender sentidos variados para a noção de patrimônio entre coletividades que experimentam processos de patrimonialização (GONÇALVES; TAMASO, 2018) e entre agentes públicos nas instituições de patrimônio (EUGÊNIO MOREIRA, 2020), parece haver uma profícua agenda de pesquisa que se volta à compreensão dos sentidos nativos que circulam também entre docentes e discentes nas próprias instituições de ensino brasileiras.

Além disso, se a antropologia contemporânea está comprometida em romper com os grandes divisores e ultrapassar uma visão dualista de mundo, vemo-nos no campo do patrimônio ainda muito restringidos aos patrimônios imateriais. Por mais que nos discursos institucionais e acadêmicos

defendamos a integração entre patrimônios materiais e imateriais, enquanto estivermos falando desse movimento apenas no nicho dos patrimônios imateriais, seguiremos reforçando o divisor maior. Pesquisas antropológicas também precisam povoar os patrimônios chamados arquitetônicos, urbanos, naturais, genéticos.

Nas entrevistas que conduzimos, quando provocados à respeito da baixa presença de grupos de pesquisa diretamente associados aos estudos com patrimônios culturais, os antropólogos Antônio Augusto Arantes e José Reginaldo Gonçalves produziram reflexões parcialmente conectadas. Para os pesquisadores, as maneiras fragmentadas como se compreendem patrimônios nos grupos de pesquisa identificados têm a ver com a caracterização da própria disciplina antropológica:

[A] antropologia [...] focaliza uma dimensão tão profunda dos processos culturais que acaba não tendo muito lugar para que [...] um objeto como patrimônio seja objeto de estudo. [...] a menos que nós estejamos falando sobre a formação profissional, que é uma outra coisa, porque [...] o patrimônio existe enquanto objeto de gestão cultural. Quem for trabalhar nessa área tem que ter essa formação específica, mas o antropólogo enquanto antropólogo frente a um objeto que se diz que é um objeto de patrimônio vai desconstruir esse objeto, o conhecimento vai desconstruir o objeto (ANTÔNIO ARANTES, 10 jun. 2020).

[V]ocê chamar [aquilo que estudamos] de patrimônio, isso incomoda qualquer antropólogo, “mas patrimônio aqui?” [...] Nesse sentido, [...] do ponto de vista do antropólogo, nada é mais distante da sua concepção de cultura do que essa noção jurídica de patrimônio [...] acho que o coração desse debate é o aspecto político da patrimonialização [...] é menos o substantivo e mais o verbo. Menos patrimônios e mais estratégias de patrimonialização e o que você entende por isso [...] esses antropólogos que operam como agentes no espaço público fazendo pareceres... quando são chamados para avaliar uma consultoria sobre determinado pedido de tombamento, de registro... isso é um ponto delicadíssimo, né? Há uma pressão tremenda, você não está discutindo patrimônio ou patrimonialização no seu departamento, na sua sala, no

seu laboratório, mas está sob pressão de políticos, de empresários, do próprio IPHAN... (JOSÉ REGINALDO GONÇALVES, 18 jun. 2020).

Como percebemos a partir dos trechos acima, talvez não caberia tanto à antropologia assumir patrimônios culturais como objetos de estudo, pois estes são produzidos e assumidos como estanques em outros espaços. Com sua tendência em desnaturalizar as estruturas presumidas, estranhar os discursos prontos, a antropologia promoveria a desconstrução dessa categoria, a análise em suas múltiplas facetas, “menos o substantivo e mais o verbo”, como disse José Reginaldo. Nessa perspectiva, faria sentido não restringir a noção de patrimônio a um plano autônomo, mas tê-la como dispositivo a ser investigado por meio de perspectivas ampliadas da disciplina, como ritual e simbolismo, etnicidade e territorialidade, parentesco e organização social, política e poder, na recusa de “caixinhas prontas”.

É interessante pontuar que, em ambas as falas, esse posicionamento vem acompanhado de uma distinção entre a reflexão antropológica nas universidades e a atuação prática nas agências e processos de patrimonialização. Mesmo com o reconhecimento da ocorrência e da importância dos trânsitos entre espaços universitários e de gestão pública que marcaram as vinculações entre antropologia e patrimônios culturais durante as primeiras décadas do século XXI, os pesquisadores entrevistados apontam diferenciações entre “o antropólogo enquanto investigador universitário” e o antropólogo envolvido em processos de gestão e de patrimonialização. Principalmente Antônio Arantes e Maria Laura Cavalcanti, cujas trajetórias foram definidas por tais trânsitos, reconhecem as conexões e limitações de cada espaço. A universidade representa o espaço da reflexão crítica e da liberdade de pensamento, enquanto as políticas de patrimônio significam acesso a direitos e alcances mais amplos de ações diretas junto a coletividades determinadas.

Podemos, por fim, sugerir que esta ambivalência produtiva acima indicada entre o conhecimento reflexivo e o alcance de processos de inventário, registro e ações de salvaguarda guarda particularidades no campo dos profissionais da antropologia. Percebemos, neste século XXI, a abertura e

a ampliação deste campo profissional da antropologia, menos preocupado com a “identidade nacional” e mais afeito às diversas nuances que os processos de gestão e preservação do “patrimônio imaterial” podem oferecer e abrigar.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro (org.). *Reconhecimentos: antropologia, folclore e cultura popular*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012. (Circuito da cultura popular, 4).

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 75-92, 1990.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

EUGÊNIO MOREIRA, Guilherme. *Nas políticas do imaterial: sentidos da participação nas práticas de técnicos/as do patrimônio em Minas Gerais*. Dissertação (mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, 2020.

FONSECA, Maria Cecília Londres. “Patrimônio imaterial: o registro do patrimônio imaterial”. Dossiê Final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 2 ed. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2003. 138p.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2017.

GONÇALVES, Renata de Sá; TAMASO, Izabela. A antropologia nos processos de patrimonialização: expansão e perspectivas. In: SOUZA LIMA, Antonio

Carlos; BELTRÃO, Jane Felipe; LOBO, Andrea; CASTILHO, Sergio; LACERDA, Paula; OSORIO, Patricia. (org.). *A antropologia e a esfera pública no Brasil: perspectivas e prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º Aniversário*. 1 ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2018. p. 451-465.

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. *Revista CPC*, v. 1, n. 1, p. 16-40, nov. 2005/abr. 2006.

LOGAN, William. Cultural diversity, cultural heritage, and human rights: towards heritage management as human rights-based cultural practice. *International Journal of Heritage Studies*, v. 18, n. 3, p. 1-14, 2012.